

1 Sem nunca ter atrasado um pagamento, ninguém está, porém, imune de ser
2 considerado mau pagador. Além dos serviços de proteção ao crédito tradicionais, que
3 registram o nome de quem tenha deixado de honrar com sua obrigação em dia,
4 começam a pulular mecanismos de defesa do fornecedor que, por critérios não
5 necessariamente ligados à falta de pagamento, presumem que o consumidor não passe
6 de um caloteiro.

7 É o caso do sistema adotado por shoppings que em rede o sistema de
8 pagamentos de seus lojistas: quem quer que, numa tarde de compras, já tenha passado,
9 digamos, cinco cheques será surpreendido pela recusa do sexto. Ou também do “cadastro
10 de clientes preferenciais”, que, em todo o Brasil, é obrigado a preencher quem paga em
11 cheque, declinando diversos dados pessoais (data de nascimento, endereço, números de
12 telefones etc.). Ou ainda da presunção de que menos de seis meses como correntista
13 seja sinônimo de trapaça.

14 Nada de errado em verificar, antes de aceitar um cheque, se o respectivo emitente
15 tem ficha corrida nos serviços de proteção ao crédito, telecheque etc., os chamados
16 “cadastros negativos”. Eventual constatação do fato é indício de que o pagamento a ser
17 efetuado possa não passar de fantasia. Outra coisa é mecanismo que presuma que
18 alguém seja pilantra porque exerceu seu direito de pagar em quantos cheques preferiu
19 pelas compras que fez ou exigir do consumidor que renuncie a seu direito à privacidade
20 para que seja aceito seu pagamento. São os cadastros positivos.

21 Dos dois personagens na relação de consumo, quem as armas para se
22 defender é o fornecedor. O consumidor, a quem o Estado deu tratamento especial por ser
23 a parte vulnerável da relação, recebeu instrumentos exclusivos para reequilibrar essa
24 relação. Um deles foi a facilitação de sua defesa em juízo, de modo que se presumem
25 verdadeiras suas alegações até prova em contrário, que caberá ao fornecedor.

26 Esse sistema, contudo, funciona em sentido inverso quando quem quer pagar com
27 cheque tem de passar pelo crivo do cadastro positivo. Em vez comerciante ter de
28 provar ou pelo menos acenar com algum indício real que o autorize a desconfiar da
29 idoneidade do consumidor, presume, sem admitir prova em contrário nem direito de
30 defesa, sua qualidade de pulha por causa de alguma coisa que não tem nada a ver com a
31 sua incapacidade de ser pontual no pagamento de suas dívidas.

32 Esse tipo de controle é incompatível com o Sistema Nacional de Proteção ao
33 Consumidor, inaugurado pela Constituição da República e regulamentado pelo Código de
34 Defesa do Consumidor. Além disso, tratar quem tem a honra ilibada e faz questão de
35 repetir que paga suas contas em dia da mesma maneira que quem dá pouca importância
36 para o crédito alheio redundaria em discriminação e rompimento de um dos princípios mais
37 caros da Ordem Constitucional de qualquer democracia do planeta: a isonomia real, que,
38 para valer, significa tratar desiguais desigualmente.

39 Além disso, a Carta também garantiu que é inviolável o direito do indivíduo à
40 intimidade e à vida privada, que inclui o direito à honra e à imagem das pessoas – mas o
41 cadastro positivo não preserva, tanto por tachar alguém de mau pagador sem
42 fundamento nenhum, quanto por exigir dados pessoais para que o consumidor exerça o
43 direito de pagar em cheque.

44 Essas conquistas da civilização, como a igualdade de todos perante a lei e o
45 direito de não ser considerado culpado até prova em contrário, de repente se transformam
46 em letra morta para varejistas que, a pretexto de se defenderem de atropelos até certo
47 ponto por suas atividades negociais, desarticulam, na prática, o mecanismo de
48 defesa que o Sistema Nacional de Proteção ao Consumidor reservou parte fraca da
49 relação de consumo.

(Adaptado de: TERRA, Rodrigo, *Cadastro positivo*, Folha de São Paulo.)

1- Considere as seguintes afirmações a respeito das lacunas nas linhas 7 e 21.

- I - A única forma verbal correta para o preenchimento da lacuna 7 é *mantêm* pois este verbo concorda com o sujeito *sistema adotado por shoppings*.
- II - Se utilizássemos a forma verbal *mantêm* na lacuna da linha 7, estaríamos indicando que o sujeito desse verbo é *shoppings*.
- III - A forma verbal correta para o preenchimento da lacuna 21 é *detém*.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas II e III.

2 - Assinale a alternativa que preenche de forma correta as duas lacunas das linhas 27, 41, 47 e 48, respectivamente.

- (A) do - previsíveis - a
- (B) do - previzíveis - à
- (C) de o - previsíveis - à
- (D) de o - previzíveis - a
- (E) do - previsíveis - à

3 - Considere o seguinte segmento do texto: *Sem nunca ter atrasado um pagamento* (l.1). Assinale a alternativa que faz uma afirmação correta a respeito do segmento.

- (A) O segmento está incorreto porque as duas expressões negativas, *Sem* e *nunca*, anulam-se mutuamente.
- (B) A seqüência *Sem nunca* equivale semanticamente a *para todo o sempre*, no contexto em que se encontra.
- (C) A palavra *nunca* poderia ser substituída por *sequer*, sem alteração do significado do segmento.
- (D) A seqüência *Em nenhum tempo* poderia substituir o segmento *Sem nunca* no contexto em que se insere.
- (E) O autor usa esse segmento para enfatizar que poucos pagamentos foram atrasados num longo período de tempo que se iniciou num passado longínquo e que perdura até o presente.

4 - Em relação a construções pronominais no texto, são feitas algumas propostas de alteração. Assinale a alteração que, se realizada, seria **INCORRETA**.

- (A) Substituir *que* (l.2) por **os quais**.
- (B) Substituir *quem* (l. 10) por **aquele que**.
- (C) Substituir a seqüência *reequilibrar essa relação* (l. 23-24) por **reequilibrá-la**.
- (D) Substituir a seqüência *que caberá ao fornecedor* (l.25) por **que caber-lhe-á**.
- (E) Substituir a seqüência *sua qualidade de pulha* (l.30) por **a qualidade de pulha daquele**.

5- A palavra *digamos* (l.9) encontra-se isolada por vírgulas por ser

- (A) conjunção explicativa deslocada.
- (B) aposto.
- (C) adjunto adverbial deslocado.
- (D) conjunção adversativa deslocada.
- (E) expressão intercalada.

6 - Abaixo são propostas reescritas para determinadas passagens do texto. Assinale aquela que foi feita de forma **INADEQUADA**.

- (A) *presumem que o consumidor não passe de um caloteiro* (l.5-6) – presumem não passar o consumidor de um caloteiro
- (B) *indício de que o pagamento a ser efetuado possa não passar de fantasia* (l.16-17) – indício do pagamento a efetuar-se não passar de fantasia
- (C) *pelas compras que fez* (l.19) – pelas compras feitas
- (D) *exigir do consumidor que renuncie a seu direito à privacidade* (l.19) – exigir a renúncia do consumidor a seu direito à privacidade
- (E) *para que seja aceito seu pagamento* (l.20) - para aceitar-se seu pagamento

7 - Como sabemos, o morfema **-NDO** forma gerúndios, de que *declinando*, na linha 11, é um exemplo. O item em que a forma em maiúsculas **NÃO** corresponde a um gerúndio é:

- (A) **PREFERINDO** pagar em duas vezes, o consumidor corre o risco de não ter seu cheque aceito nas compras subseqüentes.
- (B) Os fornecedores foram **CRIANDO** novas formas de se garantir contra o calote.
- (C) Os consumidores tinham **VINDO** ao shopping com expectativa de comprar a prazo.
- (D) **TENDO** dinheiro, todos pagarão as contas à vista.
- (E) Não se obterá lucro, **VENDENDO** ilusões.

8 - Considere o período que se inicia na linha 17. No período em questão, uma convenção que rege a escrita, denominada de paralelismo, não é inteiramente obedecida. Considere as seguintes sugestões de alteração da frase.

I - Substituir a seqüência *mecanismo que presume* (l.17) pela forma verbal **presumir**.

II - Substituir a conjunção *ou* (l. 19) pela expressão **bem como**.

III - Substituir a forma verbal *exigir* (l.19) pela seqüência **mecanismo que exija**.

Quais garantem obediência ao paralelismo?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas II e III.

9 - Assinale a alternativa que indica a função sintática que exerce o pronome *quem* (l.22) na oração em que se encontra.

- (A) sujeito
- (B) adjunto adnominal
- (C) objeto direto
- (D) objeto indireto
- (E) objeto direto preposicionado

10 - Abaixo são propostas alternativas de reescrita do segmento de texto [...] *de modo que se presumem verdadeiras suas alegações até prova em contrário* (l.24-25).

I - [...] *de modo que suas alegações são presumidas verdadeiras até prova em contrário* [...]

II - [...] *de modo que se presume sejam verdadeiras suas alegações até prova em contrário* [...]

III- [...] *de modo que, presumivelmente, são verdadeiras suas alegações, até prova em contrário* [...]

Quais delas não alteram o sentido do segmento original?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

11 - Abaixo estão indicadas alternativas de reescrita da frase que se inicia na linha 26.

- I - Contudo, esse sistema, como funciona em sentido inverso, faz com que quem quer pagar com cheque tenha de passar pelo crivo do cadastro positivo.
- II - Contudo, esse sistema funciona em sentido inverso sempre que quem quer que pretenda pagar com cheque tenha de passar pelo crivo do cadastro positivo.
- III - Quando, contudo, todo aquele que quiser pagar com cheque tem de passar pelo crivo do cadastro positivo, esse sistema está funcionando em sentido inverso.
- IV - Esse sistema, contudo, funciona em sentido inverso e, portanto, para pagar com cheque, é preciso passar pelo crivo do cadastro positivo.

Quais delas preservam significado equivalente ao do trecho original?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

12 - Assinale a alternativa que indica o papel que o trecho posterior aos dois-pontos (l.37) desempenha em relação à frase que antecede o mesmo sinal.

- (A) enumeração
- (B) explicitação
- (C) intermediação
- (D) realce
- (E) citação

13 - Supondo que as palavras da língua portuguesa possam ser formadas pela combinação de três elementos básicos (prefixos, radicais e sufixos), selecione a alternativa em que ambas as palavras são estruturadas por uma só das seguintes formações: (a) prefixo + radical; (b) radical + sufixo; (c) prefixo + radical + sufixo.

- (A) *obrigação* (l.3) – *inverso* (l.26)
- (B) *caloteiro* (l.6) – *idoneidade* (l.29)
- (C) *correntista* (l.12) – *inviolável* (l.39)
- (D) *reequilibrar* (l.23) – *igualdade* (l.44)
- (E) *discriminação* (l.36) – *rompimento* (l.36)

14 - Muitos usos de vírgula são obrigatórios; outros são facultativos e variam de acordo com as preferências estilísticas do autor.

Na coluna da direita, abaixo, sugerem-se modificações no uso de vírgulas no texto. Relacione-as com a coluna da esquerda.

- | | |
|-----------------------------|--|
| 1. Procedimento facultativo | () Acrescentar a vírgula depois de <i>fornecedor</i> (l.4). |
| 2. Procedimento incorreto | () Acrescentar vírgula antes e depois de <i>ainda</i> (l.12). |
| | () Acrescentar vírgula depois da palavra <i>deles</i> (l. 24). |
| | () Acrescentar vírgula antes e depois da expressão <i>pelo menos</i> (l. 28). |
| | () Acrescentar vírgula depois da palavra <i>alheio</i> (l.36). |

A seqüência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- (A) 2-1-2-1-2.
- (B) 2-2-1-1-2.
- (C) 1-2-1-2-1.
- (D) 1-1-2-1-1.
- (E) 1-1-2-2-1.

15 - Considere as seguintes orações.

[...] *que é inviolável o direito do indivíduo à intimidade e à vida privada, que inclui o direito à honra e à imagem das pessoas* (l. 39-40).

As afirmações abaixo referem-se à classificação sintática das orações acima. Assinale com **V** as afirmações verdadeiras e com **F** as falsas.

- () A primeira oração é subordinada substantiva objetiva direta.
- () A segunda oração é subordinada adjetiva restritiva.
- () A primeira oração é subordinada substantiva completiva nominal.
- () A segunda oração é subordinada adjetiva explicativa.
- () As duas orações são coordenadas entre si e subordinadas à oração que as precede.

A seqüência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – F – F – V – F.
- (B) F – V – F – V – F.
- (C) V – V – V – F – F.
- (D) F – V – F – F – V.
- (E) V – F – V – F – V.

16 - Associe as justificativas gramaticais para o uso das vírgulas, na coluna numerada, às seqüências apontadas na coluna dos parênteses.

- I - Separar oração deslocada.
- II - Separar adjunto adverbial deslocado.
- III - Isolar um aposto.

- () [...] *que, em todo o Brasil, é obrigado a preencher quem paga em cheque* [...].
- () *Nada de errado em verificar, antes de aceitar um cheque, se o respectivo emitente* [...].
- () [...] *que, para valer, significa tratar desiguais desigualmente.*
- () *Essas conquistas da civilização, como a igualdade de todos perante a lei e o direito de não ser considerado culpado até prova em contrário,* [...].

A seqüência correta, de cima para baixo, de preenchimento dos parênteses é

- (A) I – II – III – I.
- (B) II – II – I – III.
- (C) II – I – I – III.
- (D) I – III – II – I.
- (E) III – I – II – I.

17 - Considere as seguintes afirmações acerca do uso da crase no texto.

- I - Caso substituíssemos *seu direito* (l.19) por *prerrogativa legal*, seriam mantidas no contexto da frase as condições para o emprego da crase.
- II - Caso substituíssemos *redunda* (l.36) por *beira*, seriam criadas as condições necessárias para o uso da crase.
- III - Caso substituíssemos *perante* (l.44) por *frente*, seriam criadas as condições necessárias para o emprego da crase.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

18 - Se, no último período do texto, substituíssemos a palavra *varejistas* (l.46) por o **comerciante**, quantas outras palavras precisariam obrigatoriamente de ajuste de concordância?

- (A) Apenas uma.
- (B) Apenas duas.
- (C) Apenas três.
- (D) Apenas quatro.
- (E) Nenhuma.

19 - Embora as seqüências abaixo pareçam ter todas a mesma estrutura – que inclui a preposição DE -, uma delas é diferente, isto é, o segmento que vem após o DE não tem o mesmo valor sintático-semântico dos demais. Assinale a alternativa que contém essa estrutura diferente.

- (A) *defesa do fornecedor* (l.4)
- (B) *falta de pagamento* (l.5)
- (C) *tarde de compras* (l.8)
- (D) *recusa do sexto* (l.9)
- (E) *facilitação de sua defesa* (l.24)

20 - Todas as palavras abaixo, à exceção de uma, apresentam, com representações gráficas diferentes, um mesmo fonema consonantal em posição inicial de sílaba. **NÃO** apresenta este fonema consonantal comum a todas as outras a palavra

- (A) *atrasado* (l.1).
- (B) *exerceu* (l.18).
- (C) *relação* (l.23).
- (D) *autorize* (l.28).
- (E) *desigualmente* (l.38).

21 - Assinale a alternativa em que todos os vocábulos contêm hiato.

- (A) *qualquer – isonomia – real*
- (B) *fantasia – reequilibrar – juízo*
- (C) *inclui – indivíduos – alegações*
- (D) *eventual – questão – renuncie*
- (E) *idoneidade – preencher – qualidade*

22 - Assinale a alternativa em que falta o acento indicativo da crase.

- (A) Aqueles consumidores que se sentirem lesados pela desconfiança do comerciante devem procurar o Sistema Nacional de Proteção ao Consumidor.
- (B) Tem de declinar todos os seus dados pessoais aquele consumidor que quiser pagar com cheque.
- (C) Aquela consumidora é surpreendida pela recusa do cheque.
- (D) Aquele consumidor que possui conta há menos de seis meses é considerado pilantra.
- (E) Aquele consumidor que passou mais do que quatro cheques no mesmo dia é atribuída automaticamente a pecha de caloteiro.

23 - A única frase inteiramente de acordo com as normas de concordância do padrão culto é:

- (A) Há inúmeros encarcerados que desejam colaborar com as autoridades e se dispõem a delatar criminosos.
- (B) Para o trabalho de infiltração em organizações criminosas, não se podem prescindir da participação de condenados que queiram colaborar com as forças da lei.
- (C) Não só é autorizado como vem sendo cada vez mais incentivado, nas grandes democracias mundiais, a participação de presos em investigações.
- (D) Em toda agremiação humana permeado pela relação de poder, há quem queira colaborar com o sistema, seja por razões pessoais, políticas ou jurídicas.
- (E) O concurso de detentos no procedimento investigatório não pode, contudo, ser livre e dotado de amplitude ilimitada.

24 - Assinale a alternativa em que o emprego do tempo verbal em destaque **NÃO** é adequada ao contexto.

- (A) É improvável que a utilização de detentos em uma investigação *desvirtuaria* para a tortura ou para o homicídio.
- (B) Necessariamente, o trabalho de inteligência que *vise* atingir o chamado crime organizado terá de ultrapassar os métodos tradicionais.
- (C) Suspeitava-se que essa forma de investigação *levasse* à prática de ilegalidades.
- (D) Dessa forma, a polícia *seria* obrigada a dispensar a colaboração de um detento que pretendesse indicar a localização de um cativo.
- (E) É absolutamente cristalino que a autorização judicial não *elide* o uso da violência.

25 - Caso o Judiciário lhes ___ razão, tudo passará em brancas nuvens; caso se reconheça ___ ilegalidade da conduta, ___ todos de responder pelo delito de prevaricação.

- (A) dê - a - haverão
- (B) dêem - à - haverão
- (C) deem - a - haverá
- (D) dê - à - haverá
- (E) dêem - a - haverão

26 - Abaixo, estão listadas algumas formas verbais da terceira pessoa do singular. Assinale a alternativa em que a forma perde o acento quando for flexionada na terceira pessoa do plural.

- (A) corrói
- (B) enraíza
- (C) averigúe
- (D) reúne
- (E) proíbe

27 - Considere as afirmativas abaixo.

I - Se substituíssemos as expressões sublinhadas por formas correspondentes, da 2ª pessoa do plural, no trecho **É preciso, porém, que reconheçamos que outra parte da culpa é de nós todos**, teríamos, respectivamente, **reconheçais** e **vós todos**.

II - Se substituíssemos as expressões sublinhadas por formas correspondentes à 2ª pessoa do plural, no trecho **A sociedade em geral não pode entender os meandros do Judiciário, nem aprecia adequadamente o sagrado direito à inocência**, teríamos, respectivamente, **Vós, podeis** e **aprecieis**.

III - Se substituíssemos por **Vós** a expressão sublinhada, no trecho **Alguns querem restringir o direito de defesa porque este os impede de punir pronta e eficazmente os culpados**, seria necessária a alteração de mais dois elementos da frase.

Quais delas estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

Instrução: As questões de 28 a 30 mostram uma mesma idéia escrita de cinco formas distintas; você deve assinalar a forma mais adequada, levando em consideração sua correção, precisão, clareza e elegância.

28 -

- (A) Não procede a informação de que a Fundação tenha sido procurada e que não se tenha manifestado sobre o tema.
- (B) Não procede a informação que a Fundação tenha sido procurada e não se tenha manifestado sobre o tema.
- (C) Não procede a informação que a Fundação tenha sido procurada e não tenha se manifestado sobre o tema.
- (D) Não procede a informação da Fundação ter sido procurada e de não se ter manifestado sobre o tema.
- (E) Não procede a informação de que tenha se procurado a Fundação e não se tenha manifestado sobre o tema.

29 -

- (A) Não a dúvida de que os criminosos precisam ser presos, condenados e encarcerados.
- (B) Não há dúvida que os criminosos precisam ser presos, condenados e encarcerados.
- (C) Não há dúvida que os criminosos precisam serem presos, condenados e encarcerados.
- (D) Não a dúvida que os criminosos precisam serem presos, condenados e encarcerados.
- (E) Não há dúvida de que os criminosos precisam ser presos, condenados e encarcerados.

30 -

- (A) Como poderá o agente infiltrado manter seu disfarce no dia em que a quadrilha que participa vier a assaltar ou matar?
- (B) Como manterá o agente infiltrado seu disfarce no dia que a quadrilha da qual participa vir a assaltar ou matar?
- (C) Como manterá o agente infiltrado seu disfarce no dia em que a quadrilha que participa vir a assaltar ou matar?
- (D) Como poderá o agente infiltrado manter seu disfarce no dia que a quadrilha da qual participa vier a assaltar ou matar?
- (E) Como poderá o agente infiltrado manter seu disfarce no dia em que a quadrilha da qual participa vier a assaltar ou matar?

DIREITO PENAL

31 - Marque a opção **correta**:

- (A) É equiparado a funcionário público, para efeitos penais, quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.
- (B) Nos crimes ambientais, admite-se a analogia para criminalizar condutas.
- (C) Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.
- (D) O disparo de arma de fogo em lugar habitado ou em suas adjacências, configura contravenção penal.
- (E) Aquele que falsifica nota fiscal, com objetivo de reduzir tributo, pratica crime contra a ordem econômica.

32 - Marque a opção **correta**:

- (A) Em se tratando de crimes eleitorais cometidos por meio da imprensa, do rádio ou da televisão, aplicam-se cumulativamente as penas cominadas no Código Eleitoral e na Lei de Imprensa.
- (B) Para configuração do crime de receptação é dispensável a existência de processo ou inquérito policial em andamento quanto ao crime antecedente.
- (C) Se o autor do crime de roubo é filho da vítima, fica isento de pena por força do que dispõe o Código Penal.
- (D) Não se pune a enfermeira que pratica o aborto necessário. A enfermeira, no caso, é favorecida pela legítima defesa de terceiro, que exclui a ilicitude do fato.
- (E) Nos crimes contra a ordem tributária, o exercício da ação penal necessariamente depende da conclusão de procedimento administrativo-fiscal.

33 - Mercedes Santos com o propósito de não apenas ofender a honra de sua vizinha, Armênia, mas também de molestar sua liberdade, requereu a instauração de inquérito policial para apurar a subtração de um secador de cabelo e de uma aliança de ouro, imputando-lhe falsamente a autoria do furto. Concluído o inquérito policial, o mesmo foi arquivado por absoluta inexistência do fato. A conduta de Mercedes Santos configura o crime de:

- (A) Calúnia.
- (B) Comunicação falsa de crime.
- (C) Denúncia caluniosa.
- (D) Calúnia em concurso formal com a comunicação falsa de crime.
- (E) Difamação.

34 - Marque a opção **correta**:

- (A) Ao agente condenado pelo crime de tortura, a Lei nº 9.455/97 estabelece o cumprimento da pena em regime integralmente fechado.
- (B) Nos crimes omissivos impróprios a relação de causalidade é essencialmente normativa.
- (C) A punibilidade da tentativa, prevista no art. 14, II e parágrafo único, do Código Penal, se estende as contravenções, uma vez que elas, quando tentadas, são puníveis.
- (D) Constitui crime a simples conduta de instigar para que alguém se suicide, mesmo não vindo a ocorrer o resultado morte ou lesão corporal de natureza grave.
- (E) Chefe de repartição pública que, por indulgência, deixa de responsabilizar subordinado que tiver cometido infração no exercício do cargo pratica o crime de prevaricação.

35 - Marque a opção **correta**:

- (A) A retratação, que é o ato de retirar o que foi dito, confessar que errou, isenta de pena o querelado, nos crimes de injúria e difamação do Código Penal, desde que feita antes da sentença.
- (B) Condenado pela prática de crime hediondo, o sentenciado não tem direito a livramento condicional, devendo cumprir a pena privativa de liberdade integralmente no regime fechado.
- (C) Credor que, na cobrança de dívida, intimida devedor inadimplente com ameaças, pratica crime contra as relações de consumo, sendo a ação penal pública incondicionada.
- (D) O agente erra quanto ao elemento essencial do tipo legal de crime. Se o erro é escusável, subsiste o crime doloso, atenuando-se a pena.
- (E) No crime de peculato culposo, a reparação do dano, antes da decisão transitada em julgado, é causa de redução da pena.

36 - Durante o intervalo, em julgamento perante o Tribunal do Júri da Comarca de Muro Alto, Hércio Viana, integrante do corpo de jurados, impôs como obrigação, e recebeu do advogado de defesa, a quantia de R\$1.000,00 (um mil reais), para acolher a tese defensiva. Hércio Viana cometeu o crime de:

- (A) Extorsão.
- (B) Peculato.
- (C) Prevaricação.
- (D) Concussão.
- (E) Corrupção passiva.

37 - Pai cruel, ao receber o boletim de seu filho (de 10 anos) e constatar o seu baixo aproveitamento escolar, com o propósito de corrigi-lo, agride a criança com um cabo de vassoura, abusando do exercício do direito de correção, resultando-lhe lesão corporal de natureza leve. A hipótese caracteriza o crime de:

- (A) Abuso de autoridade.
- (B) Tortura.
- (C) Maus-tratos.
- (D) Constrangimento ilegal.
- (E) Lesão corporal de natureza leve.

38 - Ederson Lopes, exercendo o *munus publico* de inventariante, tomou para si um *notebook* dos bens deixados pelo *de cuius*, e do qual tinha posse em razão daquela condição. Ederson cometeu, em tese, o crime de:

- (A) Peculato.
- (B) Furto.
- (C) Exercício arbitrário das próprias razões.
- (D) Apropriação indébita.
- (E) Receptação.

39 - Assinale a opção **incorreta**:

- (A) O COAF - Conselho de Controle de Atividade Financeira - tem como finalidade receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na lei que dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.
- (B) A lei que dispõe sobre os crime de lavagem de dinheiro contempla o instituto da delação premiada, permitindo o juiz reduzir a pena, deixar de aplicá-la ou substituí-la por pena restritiva de direitos.
- (C) O objeto jurídico no crime de lavagem de dinheiro é garantir a estabilidade econômica e a saúde do sistema financeiro.
- (D) A lavagem de dinheiro é um procedimento criminoso composto por uma pluralidade de atos, direcionados à conversão de valores e bens ilícitos em capitais lícitos e plenamente disponíveis aos seus titulares.
- (E) A Lei de Lavagem de Dinheiro elenca nos incisos do artigo primeiro uma lista fechada, "numerus clausus", de delitos precedentes para sua conformação, entre eles: a sonegação fiscal e a receptação.

40 - Durante a operação policial denominada "Sinal Vermelho às Drogas", agentes pertencentes à força-tarefa do Ministério Público cumpriram mandado de busca e apreensão no Cybercafé Novo Mundo, identificado no Setor de Inteligência como local de consumo de drogas. Na oportunidade, surpreenderam 05 freqüentadores fumando cigarros de maconha. No expediente investigatório, apurou-se que o proprietário do estabelecimento, Altamiro Hernandes, mesmo não se dedicando ao comércio nem ao uso de entorpecentes, consentia em ceder gratuitamente suas instalações para que seus clientes usassem substâncias entorpecentes proibidas. De acordo com a Lei nº 6.368/76, Altamiro Hernandes incorreu:

- (A) Nas mesmas penas do art. 16, sendo sua conduta equiparada ao uso de entorpecentes.
- (B) Nas mesmas penas do art. 12, sendo sua conduta equiparada ao tráfico de entorpecentes.
- (C) Em delito algum, conduta atípica.
- (D) Nas sanções do art. 16, diminuídas de 1/6 a 1/3 por força do disposto no art. 29, parágrafo primeiro, do Código Penal (participação de menor importância).
- (E) Nas sanções do art. 14 (associação ao tráfico de entorpecentes).

DIREITO CONSTITUCIONAL

41 - Considere as seguintes assertivas sobre eficácia das normas constitucionais:

- I - Não se admite a existência de norma constitucional destituída de eficácia.
- II - Norma constitucional de eficácia contida é aquela que requer intervenção do legislador para produzir todos os seus efeitos jurídicos.
- III - As normas constitucionais definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm eficácia plena.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas III.
- (E) I, II e III.

42 - Em relação ao controle de constitucionalidade das leis ou atos normativos no direito brasileiro, é correto afirmar que a Constituição da República

- (A) não contempla modalidades de controle político.
- (B) não admite a propositura de ação declaratória de constitucionalidade pela Mesa do Congresso Nacional.
- (C) prevê que as decisões definitivas de mérito proferidas em ação declaratória de constitucionalidade ou em ação direta de inconstitucionalidade produzirão efeitos "erga omnes".
- (D) prevê a possibilidade de controle por via de ação direta, perante o Supremo Tribunal Federal, de leis ou atos normativos municipais.
- (E) prevê a possibilidade dos órgãos fracionários dos tribunais declararem a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.

43 - Considere as assertivas abaixo:

- I - A suspensão da execução, pelo Senado Federal, de uma lei julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, tem efeito "ex tunc".
- II - O Advogado-Geral da União é obrigado a defender a constitucionalidade da lei ou ato normativo impugnado, em tese, perante o Supremo Tribunal Federal.
- III - Descabe ouvir o Procurador-Geral da República como "custos legis" em ação direta de inconstitucionalidade por ele mesmo proposta.

Quais delas correspondem a entendimento predominante na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas III.
- (E) I, II e III.

44 - Na hipótese de violação de princípio constitucional sensível por Estado, a decretação de intervenção federal pelo Presidente da República

- (A) será espontânea.
- (B) dependerá de autorização do Congresso Nacional.
- (C) dependerá de autorização do Conselho da República.
- (D) dependerá de requisição do Supremo Tribunal Federal.
- (E) dependerá de solicitação da Assembléia Legislativa do Estado.

45 - Considere as seguintes assertivas sobre nacionalidade:

- I - Brasileiros naturalizados podem ser proprietários de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens.
- II - Brasileiros natos em nenhuma hipótese poderão ser extraditados.
- III - O reconhecimento de outra nacionalidade originária não é causa de perda da nacionalidade brasileira.

Quais são **corretas**?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas III.
- (E) I, II e III.

46 - Em matéria de direito fundamentais, à luz da Constituição da República e da jurisprudência majoritária, é **correto** dizer que

- (A) estrangeiros não residentes no país não são destinatários de direitos fundamentais.
- (B) a imposição de limites máximo e mínimo de idade em concursos públicos viola o princípio da igualdade.
- (C) é vedada a privação de direito por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política.
- (D) a obrigação de reparar o dano pode ser estendida aos sucessores do condenado.
- (E) a desapropriação só é admissível mediante justa e prévia indenização em dinheiro.

47 - Dentro da repartição constitucional de competências entre os membros da Federação, legislar sobre procedimentos em matéria processual é matéria de competência

- (A) exclusiva da União.
- (B) privativa da União.
- (C) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (D) concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (E) concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.

48 - Considere as seguintes assertivas sobre ações constitucionais:

- I - Descabe "habeas data" se não houve prévia recusa da providência postulada em juízo.
- II - Descabe condenação em custas no mandado de segurança.
- III - Partidos políticos podem impetrar mandado de segurança coletivo em favor de pessoas estranhas a seus quadros.

À luz da Constituição da República e da jurisprudência majoritária, quais são **incorretas**?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas III.
- (E) I, II e III.

49 - A propósito de ato praticado por membro do Congresso Nacional, no curso de seu mandato, é **incorreto** dizer que

- (A) as imunidades, tanto materiais quanto formais, são irrenunciáveis pelo parlamentar.
- (B) a imunidade material impede a abertura de processo judicial contra o parlamentar mesmo após o encerramento do mandato.
- (C) a imunidade material abrange atos praticados fora das dependências do Congresso Nacional.
- (D) a imunidade formal não impede a prisão em flagrante do parlamentar por crime inafiançável.
- (E) a imunidade formal condiciona a abertura de processo judicial à concessão de licença pela Casa à qual pertence o parlamentar.

50 - Medida provisória remetida à apreciação do Congresso Nacional é aprovada com emendas. O Presidente da República põe veto total ao projeto de lei de conversão. O veto é mantido pelo Congresso Nacional. Nesse caso, a medida provisória

- (A) perderá eficácia desde sua edição.
- (B) perderá eficácia a partir de sua remessa ao Congresso Nacional.
- (C) perderá eficácia a partir da publicação do veto.
- (D) perderá eficácia a partir da manutenção do veto pelo Congresso Nacional.
- (E) não perderá eficácia, vez que o Presidente da República somente poderia apor veto parcial.

DIREITO CIVIL

51 - Quanto à aquisição da propriedade imóvel, considerando o novo Código Civil e as seguintes assertivas:

- I - É de 20 (vinte) anos o prazo para a aquisição da propriedade imóvel, independentemente de título e boa-fé, desde que o possuidor, sem interrupção e nem oposição, possua como seu o imóvel.
- II - O prazo para aquisição da propriedade imóvel, independentemente de título e boa-fé, desde que o possuidor, sem interrupção e nem oposição, possua como seu o imóvel, é reduzido a 15 (quinze) anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia, ou nele houver realizado obras ou serviços de caráter produtivo.
- III - Adquire a propriedade do imóvel aquele que, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, o possuir por 10 (dez) anos, sendo esse prazo reduzido a 5 (cinco) anos se o imóvel houver sido adquirido onerosamente, com base em registro constante do cartório respectivo, cancelada posteriormente, desde que os possuidores nele tiverem estabelecido sua moradia, ou realizado investimentos de interesse social e econômico.
- IV - São suficientes 5 (cinco) anos ininterruptos para o possuidor que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, adquira o domínio de área em zona rural não superior a cinquenta hectares, desde que a possua como sua e sem oposição, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nele sua moradia.
- V - Aquele que possuir, como sua, área urbana até duzentos e cinquenta metros quadrados, por 5 (cinco) anos ininterruptos, e sem oposição, utilizando-a para sua moradia e de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja, durante o quinquídio, proprietário de mais de um imóvel urbano ou rural.

Assinale a alternativa **correta**:

- (A) Somente as assertivas I, e II, estão corretas.
- (B) Somente as assertivas II, III, e IV estão corretas.
- (C) Somente as assertivas I, II, V estão corretas.
- (D) Somente as assertivas III e IV estão corretas.
- (E) Somente as assertivas III, IV e V estão corretas.

52 - Considerando o novo Código Civil e as seguintes assertivas:

- I - A reserva mental oculta vontade do contratante diversa daquela que foi declarada na prática do negócio jurídico e, não sendo do conhecimento da outra parte, não afeta a manifestação, resultando eficaz o negócio nos termos da declaração.
- II - Na simulação é necessário acordo entre as partes (recíproca e consciente declaração que não corresponde à real intenção).
- III - Na simulação *ad personam* o negócio praticado é real, mas uma das partes do negócio é aparente (interposição fictícia de pessoa em negócio verdadeiro).
- IV - É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsiste o que se dissimulou, se for válido na substância e na forma.
- V - Se terceiro de boa-fé adquire direitos supervenientes à simulação, negociando com a parte que detém aparente titularidade da situação jurídica, os autores da simulação não podem opor-lhe o negócio dissimulado.

Assinale a alternativa **correta**:

- (A) Somente as assertivas I, II, III e V estão corretas.
- (B) Somente as assertivas I, II, IV, V estão corretas.
- (C) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas.
- (D) Somente as assertivas III, IV, V estão corretas.
- (E) Todas as assertivas estão corretas.

53 - Considerando o novo Código Civil e as seguintes assertivas:

- I - Incorre em nulidade o negócio jurídico quando apresente objeto indeterminável.
- II - Nulifica o negócio jurídico ofensa cometida contra lei imperativa, que tanto pode dar-se por ofensa frontal ou direta, convencionando-se o que a lei proíbe ("agere contra legem"), como a partir de negócio jurídico lícito e válido que, por via reflexa, atinge o resultado proibido ("agere in fraudem legis").
- III - É nulo o contrato de compra e venda se a fixação do preço resta com o exclusivo arbítrio de uma das partes.
- IV - É nulo o negócio jurídico praticado direta e pessoalmente por quem, em razão de causa transitória, não possa exprimir a sua vontade.
- V - É nulo o negócio jurídico por vício resultante de dolo.

Assinale a alternativa **correta**:

- (A) Somente as assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- (B) Somente as assertivas I, III e V estão corretas.
- (C) Somente as assertivas II, III e V estão corretas.
- (D) Somente as assertivas I, II, e IV estão corretas.
- (E) Todas as assertivas estão corretas.

54 - "A," consumidor, com a finalidade não revelada de transportar substâncias entorpecentes que provocam dependência psíquica e física, celebra com "B", fornecedor, contrato de compra e venda de material próprio para transporte de objetos, sem anunciar ao vendedor o seu propósito, que somente vem a ser descoberto por este após a consumação do contrato.

Ante essas considerações e o novo Código Civil, assinale a alternativa **correta**:

- (A) Há nulidade do negócio em razão de motivo ilícito, sendo a invalidade decorrente do fato de o consumidor destinar o bem negociado à prática de um delito.
- (B) A compra e venda é considerada como negócio com objeto ilícito ante a presunção de participação do vendedor no projeto criminoso.
- (C) Não sendo comum (razão determinante assumida por ambas as partes) o propósito de destinar o objeto adquirido para fins ilícitos ao tempo da declaração de vontade, não resta afetada a validade do negócio.
- (D) O motivo passou à categoria de causa, provocando a nulidade porque ilícito.
- (E) O negócio jurídico está viciado por falso motivo, determinante para a prática do ilícito.

55 - Em relação ao estado de perigo, considerando o novo Código Civil e as seguintes assertivas:

- I - Está disposto na categoria de causa de anulabilidade do negócio jurídico.
- II - Em seu substrato não está a ficção de igualdade das partes, de modo que a regra tem relevância na tutela do contratante fraco.
- III - É indiferente que a parte beneficiada saiba que a obrigação foi assumida pela parte contrária para que esta se salve de grave dano.
- IV - Não pode o juiz considerar circunstâncias favoráveis para o efeito de estender a regra para pessoa não integrante da família do declarante.
- V - Confunde-se com o instituto da lesão, pois como ocorre nesta última, considera-se, além da premente necessidade econômica, a inexperiência de quem se obriga a contratar, circunstâncias determinantes das prestações avençadas de maneira manifestamente desproporcional.

Assinale a alternativa **correta**:

- (A) Somente as assertivas I, II estão corretas.
- (B) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas.
- (C) Somente as assertivas I, II, III, e IV estão corretas.
- (D) Somente as assertivas III e V estão corretas.
- (E) Somente as assertivas IV e V estão corretas.

56 - Quanto à prescrição, tendo em vista o novo Código Civil e as seguintes assertivas:

I - A exceção (meio de defesa) prescreve no mesmo prazo que a pretensão (direito de ação).

II - Podem as partes, por acordo, promover a alteração de prazos de prescrição.

III - A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.

IV - Dá-se em dez anos a prescrição quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

V - O juiz pode suprir de ofício a alegação de prescrição para favorecer a absolutamente incapaz.

Assinale a alternativa **correta**:

(A) Somente as assertivas I, II, III, IV estão corretas.

(B) Somente as assertivas I, II, IV, V estão corretas.

(C) Somente as assertivas I, III, IV e V estão corretas.

(D) Somente as assertivas II, III e V estão corretas.

(E) Todas as assertivas estão corretas.

57 - Em relação à responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor:

I - A responsabilidade do fornecedor de serviços independe de culpa em relação à reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos na prestação de serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

II - A responsabilidade por danos do prestador de serviços envolve somente as empresas ligadas à iniciativa privada.

III - O fornecedor se exime da culpa mediante prova de culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro, ou de prova de que, tendo prestado o serviço, o defeito não existe, atuando, também, como excludentes de responsabilidade, as eximentes do caso fortuito e da força maior, estas últimas quando ocorrerem durante ou após a prestação da utilidade.

IV - Está assegurado o ressarcimento de danos a terceiros, estranhos à relação de consumo, mas que sofreram prejuízo em razão dos defeitos intrínsecos ou extrínsecos do produto ou serviço.

V - Presume-se defeituoso o serviço, não fornecendo segurança ao usuário, quando mal apresentado ao público consumidor, quando sua fruição é capaz de suscitar riscos acima do nível de razoável expectativa, assim como quando, em razão do decurso do tempo, desde a sua prestação, é de supor que não apresente sinais de envelhecimento.

Assinale a alternativa **correta**:

(A) Somente as assertivas I, II, III e V estão corretas.

(B) Somente as assertivas I, III, IV e V estão corretas.

(C) Somente as assertivas I, II, IV e V estão corretas.

(D) Somente as assertivas II e IV estão corretas.

(E) Todas as assertivas estão corretas.

58 - No que diz com a sucessão legítima, a partir das disposições do novo Código Civil:

- I - O cônjuge sobrevivente tem reconhecido direito sucessório quando, estando separado de fato há mais de dois anos ao tempo da morte do outro, provar que a convivência se tornou impossível sem a sua culpa.
- II - O cônjuge está colocado em terceiro lugar na ordem da vocação hereditária, recolhendo a herança integralmente quando não houver descendentes ou ascendentes do falecido.
- III - O cônjuge sobrevivente somente concorre com os descendentes se for casado com o falecido no regime da comunhão parcial e o autor da herança houver deixado bens particulares.
- IV - Ao cônjuge sobrevivente, concorrendo com cinco filhos comuns, isto é, sendo ascendente dos herdeiros com que concorrer, caberá uma quarta parte da herança, sendo o restante dividido em partes iguais pelos filhos.
- V - O cônjuge sobrevivente, na falta de descendentes, concorrendo com dois ascendentes em primeiro grau, especificamente sogro e sogra (pais do falecido), receberá um terço da herança.

Assinale a alternativa **correta**:

- (A) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.
- (B) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas.
- (C) Somente as assertivas II, IV e V estão corretas.
- (D) Somente as assertivas III e IV estão corretas.
- (E) Todas as assertivas estão corretas.

59 - Segundo o novo Código Civil, o prazo a disposição do cônjuge que sofreu coação para intentar ação de anulação de casamento, contado da data da celebração, é de:

- (A) Cento e oitenta dias.
- (B) Dois anos.
- (C) Três anos.
- (D) Quatro anos.
- (E) Nenhuma das alternativas anteriores.

60 - Considerando o novo Código Civil:

- I - É anulável o casamento de quem não completou a idade mínima para casar.
- II - Não é anulável o casamento do menor em idade núbil, ainda que não autorizado por seus representantes legais, se estes tiverem, por qualquer modo, manifestado a sua aprovação.
- III - É nulo o casamento, por vício de vontade, se houver por parte de um dos nubentes, no momento do consentimento, erro essencial quanto à pessoa do outro.
- IV - É anulável o casamento contraído por pessoa que, no momento do consentimento, mostra-se incapaz de consentir ou de manifestar de modo inequívoco o consentimento.
- V - É nulo o casamento celebrado por aquele que, sem possuir a competência exigida na lei, exerça publicamente as funções de juiz de casamentos e, nessa condição, tenha registrado o ato no Registro Civil.

Assinale a alternativa **correta**:

- (A) Somente as assertivas I, III e V estão corretas.
- (B) Somente as assertivas I, II e IV estão corretas.
- (C) Somente as assertivas I, IV e V estão corretas.
- (D) Somente as assertivas II, III e V estão corretas.
- (E) Todas as assertivas estão corretas.

DIREITO COMERCIAL

61 - Quanto ao instituto da concordata:

- I - Não têm legitimidade ativa para o pedido de concordata as sociedades seguradoras.
- II - A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem atenuado o rigor da Lei de Falências possibilitando ao comerciante o acesso à concordata preventiva se tem título vencido há mais de trinta dias, não protestado, independentemente do pedido de autofalência.
- III - Não têm acesso ao favor da concordata as operadoras de planos privados de assistência à saúde.
- IV - Não podem impetrar concordata as instituições financeiras, as sociedades integrantes do sistema de distribuição de títulos ou valores mobiliários no mercado de capitais e as sociedades ou empresas corretoras de câmbio.
- V - Não estão excluídas do benefício da concordata as empresas aéreas ou de infraestrutura aeronáutica.

Assinale a alternativa **correta**:

- (A) Somente as assertivas I, III e V estão corretas.
- (B) Somente as assertivas II, III, IV e V estão corretas.
- (C) Somente as assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- (D) Somente as assertivas II, IV e V estão corretas.
- (E) Todas as assertivas estão corretas.

62 - São exemplos de atos ineficazes perante a massa falida:

- I - Dentro do termo legal da falência, o pagamento de dívida não vencida realizado pelo devedor, por qualquer meio extintivo do direito creditício, ainda que pelo desconto do próprio título, sempre que o contratante não tenha conhecimento do estado econômico do devedor ou seja intenção deste fraudar credores.
- II - Dentro do termo legal da falência, o pagamento de dívidas vencidas e exigíveis, por qualquer forma que não seja a prevista no contrato, sempre que o contratante não tenha conhecimento do estado econômico do devedor ou seja intenção deste fraudar credores.
- III - Dentro do termo legal da falência, a constituição de direito real de garantia em relação a obrigação assumida antes daquele período.
- IV - A transcrição de transferência da propriedade por ato "inter vivos" posterior à decretação do sequestro ou à declaração da falência, salvo prenotação anterior.
- V - A alienação do estabelecimento comercial ou industrial sem a anuência (expressa ou tácita) ou o pagamento de todos os credores existentes, salvo se conservou o devedor em seu patrimônio bens suficientes para garantia do pagamento das obrigações.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) Somente as assertivas I, II, e III estão corretas.
- (B) Somente as assertivas I, II e V estão corretas.
- (C) Somente as assertivas III, IV estão corretas.
- (D) Somente as assertivas III, IV e V estão corretas.
- (E) Todas as assertivas estão corretas.

63 - Com relação à classificação dos créditos na falência (antecedidos na ordem pelos créditos por acidentes do trabalho, créditos trabalhistas, dívida ativa de natureza tributária e não tributária, encargos da massa, dívidas da massa, créditos com garantia real) é **correto** afirmar que são exemplos de credores com privilégio especial em virtude da qualidade inerente aos seus créditos ou da causa de que derivam:

- I - O credor por benfeitorias necessárias ou úteis sobre a coisa beneficiada.
- II - O autor da obra, pelos direitos do contrato de edição, sobre os exemplares dela na massa do editor.
- III - O locador do prédio onde se encontrava o estabelecimento comercial do falido sobre o mobiliário existente.
- IV - Os credores titulares de direito de retenção sobre a coisa retida.
- V - O credor por sementes, instrumentos e serviços à cultura ou à colheita sobre os frutos agrícolas.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) Somente as assertivas I, II, e III estão corretas.
- (B) Somente as assertivas I, III, IV e V estão corretas.
- (C) Somente as assertivas II, III, IV e V estão corretas.
- (D) Somente as assertivas II, IV e V estão corretas.
- (E) Todas as assertivas estão corretas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

64 - Assinale a assertiva **correta**:

- (A) Todo ato jurídico praticado pela Administração é ato administrativo.
- (B) Nem todo ato administrativo é praticado pela Administração.
- (C) O ato discricionário realizado por agente incompetente não é inválido.
- (D) Atendendo o ato administrativo o interesse público é irrelevante o cumprimento dos fins que a lei lhe destinou.
- (E) O ato administrativo vinculado dispensa a motivação.

65 - Assinale a assertiva **incorreta**:

- (A) Em princípio, a retirada do ato administrativo, seja por revogação, seja por invalidação, não gera em favor do beneficiário qualquer direito indenizatório.
- (B) O ato administrativo revogado pode ser revogado.
- (C) Não cabe ao Legislativo, nem ao Judiciário, revogar o ato administrativo.
- (D) É o princípio da autotutela que possibilita à Administração invalidar seus próprios atos.
- (E) Os atos irregulares não são suscetíveis de invalidação.

66 - Assinale a assertiva **incorreta**:

- (A) A permissão, assim como a concessão, é um ato administrativo unilateral de que se vale a Administração para transferir o serviço público para a execução por terceiros.
- (B) De regra, a permissão não exige prévia autorização legislativa.
- (C) A permissão e a concessão dependem de prévia licitação.
- (D) A permissão depende de publicação integral de seu conteúdo, o que não ocorre com a concessão, pois mero resumo basta.
- (E) Não é possível a outorga de concessão ou permissão a pessoas físicas.

67 - Considerando as seguintes assertivas:

- I - A responsabilidade extracontratual do Estado decorre somente da prática de ato ilícito.
- II - A teoria da responsabilidade objetiva informa que a obrigação de indenizar do Estado surge do ato lesivo causado por culpa do serviço.
- III - A obrigação de indenizar do Estado, segundo a teoria da responsabilidade integral, dá-se independentemente de qualquer culpa, exceto se o dano decorrer por culpa da vítima.
- IV - A dor pela perda de um filho, sem reflexos patrimoniais, causada pela Administração Pública, não se constitui em dano indenizável
- V - O dano se qualifica juridicamente como injusto, e como tal induz a responsabilidade objetiva do Estado, se encontra sua causa exclusiva na força maior ou em fatos necessários ou inevitáveis da natureza.

- (A) corretas são apenas as assertivas I e III.
- (B) corretas são apenas as assertivas II e III.
- (C) incorretas são apenas as assertivas II, IV e V.
- (D) nenhuma assertiva esta correta.
- (E) correta é apenas a assertiva I.

68 - Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, se a despesa total com pessoal exceder a 95% do limite estabelecido pelo artigo 169 da Constituição Federal, é vedado:

- (A) a concessão de qualquer vantagem ao servidor público.
- (B) a revisão anual de vencimentos e subsídios prevista na Constituição Federal (art. 37, inciso X).
- (C) a alteração na estrutura de carreira do funcionalismo, mesmo que não acarrete aumento de despesa.
- (D) o provimento de cargo público, exceto quando a vacância se der por aposentadoria ou falecimento nas áreas de educação saúde e segurança.
- (E) nenhuma das alternativas anteriores.

69 - Assinale a assertiva **correta**:

- (A) Só o agente público é passível de sanções da Lei de Improbidade Administrativa.
- (B) A indisponibilidade de bens de que trata a Lei de Improbidade Administrativa tem caráter punitivo.
- (C) Constitui ato de improbidade o uso de bem público por particular.
- (D) Todo enriquecimento ilícito do agente acarreta um prejuízo ao erário público.
- (E) Procedente a ação de improbidade, poderá o juiz, dentre as cominações, aplicar as penas que entender, isolada ou cumulativamente.

70 - O regime previdenciário do funcionalismo, nos termos da Constituição Federal:

- I - é destinado a qualquer servidor público.
- II - sempre confere proventos proporcionais quando a aposentadoria se dá por invalidez permanente.
- III - sempre confere proventos proporcionais quando a aposentadoria é compulsória.
- IV - sempre confere proventos proporcionais quando o pretendente tenha atingido sessenta e cinco anos de idade e houver contribuído para o sistema menos de trinta anos.
- V - não mais considera a circunstância de ser professor para permitir aposentadoria integral com tempo de contribuição aos demais beneficiários.

- (A) corretas são apenas as assertivas I e III.
- (B) corretas são apenas as assertivas II e IV.
- (C) corretas são apenas as assertivas III, IV.
- (D) corretas são apenas as assertivas II e V.
- (E) corretas são apenas as assertivas I e II.

71 - Assinale a assertiva **correta**:

- (A) O servidor estável não pode ser removido pela Administração por conveniência do serviço.
- (B) Entre os excepcionalmente estáveis (art. 19, ADCT, CF/88), não é possível incluir os detentores de cargo em comissão.
- (C) O professor público, havendo compatibilidade de horário, pode cumular outro cargo de médico.
- (D) Demissão do servidor é uma forma de exoneração motivada.
- (E) A lei poderá indicar pessoa que proverá determinado cargo público.

72 - Assinale a assertiva **correta**:

- (A) O compromisso de ajustamento que satisfaça plenamente a finalidade do inquérito civil obsta a propositura da ação civil.
- (B) O compromisso de ajustamento só tem eficácia depois de homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público.
- (C) O arquivamento do inquérito civil impede a propositura da ação civil pública por outro órgão legitimado.
- (D) O compromisso de ajustamento firmado no inquérito depende de homologação judicial para constituir-se em título executivo.
- (E) O Conselho Superior do Ministério Público, tendo conhecimento de inquérito civil instaurado sem justa causa, pode determinar o término das investigações.

73 - Assinale a assertiva **incorreta**:

- (A) A aquisição da propriedade pela desapropriação é originária.
- (B) A desapropriação pode beneficiar uma pessoa jurídica de direito privado.
- (C) Na desapropriação, a retrocessão proporciona ao expropriado perdas e danos.
- (D) A União pode desapropriar bens dos Estados e dos Municípios.
- (E) Para a imissão provisória na posse do bem expropriado, basta o depósito do valor fixado.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

74 - Assinale a alternativa **incorreta**:

Compete ao Colégio de Procuradores de Justiça, funcionando como Órgão Especial, julgar recurso, nos termos do regimento interno, contra decisão:

- (A) de vitaliciamento, ou não, de membro do Ministério Público, no prazo de trinta dias.
- (B) condenatória em processo administrativo-disciplinar.
- (C) de remoção voluntária de membro do Ministério Público.
- (D) de disponibilidade e remoção compulsória de membro do Ministério Público, por motivo de interesse público.
- (E) proferida em reclamação sobre o quadro de antigüidade.

75 - Assinale a alternativa **incorreta**:

- (A) Ao Conselho Superior do Ministério Público concorrem somente Procuradores de Justiça e o mandato é de dois anos.
- (B) Ao Conselho Superior do Ministério Público é permitida apenas uma reeleição para o mandato subsequente.
- (C) As decisões do Conselho Superior do Ministério Público serão fundamentadas e tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente, salvo nas votações secretas, também o voto de desempate.
- (D) É vedada a acumulação do exercício de função de confiança com a função de integrante do Conselho Superior do Ministério Público.
- (E) Na eleição ao Conselho Superior do Ministério Público, em caso de empate, será considerado eleito o Procurador de Justiça mais antigo na carreira. Persistindo o empate, será considerado eleito o que tiver exercido menor número de vezes o mandato de Conselheiro.

76 - Assinale a alternativa **incorreta**:

São atribuições da Corregedoria-Geral do Ministério Público:

- (A) realizar correições e inspeções.
- (B) realizar inspeções nas Procuradorias de Justiça, remetendo relatório reservado ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores.
- (C) fazer recomendações, sem caráter vinculativo, a órgão de execução.
- (D) encaminhar ao Procurador-Geral de Justiça os processos administrativo-disciplinares que incumba a este decidir.
- (E) propor, ao Procurador-Geral de Justiça, o não-vitaliciamento de membro do Ministério Público.

77 - Assinale a alternativa **correta**:

- (A) O Procurador-Geral de Justiça dará posse ao Promotor de Justiça perante o Conselho Superior do Ministério Público, em sessão solene, até quinze dias após a publicação do ato de nomeação no Diário Oficial.
- (B) O Conselho Superior do Ministério Público poderá, a pedido do interessado e por motivo justificado, prorrogar o prazo de posse por até seis meses.
- (C) A apresentação do diploma de bacharel em direito, devidamente registrado, é uma das condições indispensáveis para a posse.
- (D) O Promotor de Justiça entrará no exercício do cargo inicial da carreira, ficando a disposição da Corregedoria-Geral do Ministério Público, em estágio probatório, pelo prazo de três (3) anos de efetivo exercício do cargo.
- (E) Aos doze (12) meses, o Conselho Superior do Ministério Público apurará a permanência no estágio probatório e, aos trinta (30) meses, a confirmação na carreira do Promotor de Justiça.

78 - Assinale a alternativa **incorreta**:

- (A) Os serviços do Ministério Público estão sujeitos a correições permanentes, ordinárias e extraordinárias.
- (B) As correições permanentes serão feitas pelo Corregedor-Geral ou pelo Subcorregedor-Geral do Ministério Público, ao examinarem os processos em que oficiarem.
- (C) Verificada falta na atuação do membro do Ministério Público, o Corregedor-Geral far-lhe-á, confidencialmente, por ofício, as recomendações que julgar convenientes.
- (D) Anualmente deverão ser realizadas correições ordinárias em, no mínimo, trinta (30) Promotorias de Justiça do interior e dez (10) da Capital.
- (E) As correições ordinárias serão realizadas pelo Corregedor-Geral ou por Promotor-Corregedor, para verificar a regularidade do serviço, a eficiência e a pontualidade dos membros do Ministério Público no exercício das funções.

79 - Assinale a alternativa **incorreta**:

O membro do Ministério Público é passível de ser penalizado com advertência quando:

- (A) for negligente no exercício da função.
- (B) descumprir, de forma injustificada, designação oriunda dos Órgãos da Administração Superior do Ministério Público.
- (C) desobedecer determinação ou instrução dos Órgãos da Administração Superior do Ministério Público.
- (D) inobservar os deveres inerentes ao cargo.
- (E) descumprir o dever legal, acumulando, ilegalmente, cargo, função ou emprego público.

80 - Assinale a alternativa **incorreta**:

- (A) Considera-se reincidência, para efeitos da Lei nº 6.536, de 31 de janeiro de 1973 – Estatuto do Ministério Público, a prática de nova infração, dentro de cinco (5) anos após cientificado o infrator do ato que lhe tenha imposto, definitivamente, sanção disciplinar.
- (B) Na aplicação das sanções disciplinares, considerar-se-ão os antecedentes do infrator, a natureza, a quantidade e a gravidade das infrações, as circunstâncias em que foram praticadas e os danos que delas resultaram ao serviço ou à dignidade do Ministério Público ou da Justiça.
- (C) Deverão constar dos assentamentos funcionais do membro do Ministério Público as penas que lhe forem impostas, vedada sua publicação, exceto a de demissão e de cassação de aposentadoria.
- (D) Procurador-Geral de Justiça, em face da decisão do Órgão Especial do Colégio de Procuradores, nos termos da Lei nº 6.536, de 31 de janeiro de 1973 – Estatuto do Ministério Público, proporá, perante o Tribunal de Justiça, a ação cível destinada à decretação da cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.
- (E) A cassação de aposentadoria ou disponibilidade será aplicada nos casos de falta punível com censura, praticada quando no exercício do cargo ou de função.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

81 - No curso da instrução o juiz mandou retirar o réu da sala de audiências. A motivação legal foi:

- (A) A presença de estranhos.
- (B) A aparência do réu.
- (C) A possibilidade de o réu influir no ânimo da testemunha.
- (D) A periculosidade do réu.
- (E) A condição de traficante internacional do réu.

82 - Se o Promotor de Justiça não propuser transação ou suspensão do processo, institutos da Lei 9.099/ 95, qual a solução viável?

- (A) Recorrer à Turma Recursal.
- (B) O juiz, de ofício, aplicar a medida pertinente.
- (C) Encaminhar o termo circunstanciado ao Promotor Substituto.
- (D) Será aplicado por analogia o art. 28 do CPP.
- (E) O autor do fato apresentará a proposta.

83 - Pronunciado pela prática de homicídio qualificado foi o réu mantido na prisão em que se encontrava. Recorreu em sentido estrito e fugiu da prisão quando ainda pendente de julgamento seu recurso. Este, consideradas as circunstâncias, será:

- (A) Suspenso até que o réu se apresente no Tribunal.
- (B) Suspenso até que o réu seja capturado.
- (C) Não será conhecido.
- (D) Será conhecido e julgado.
- (E) Será tido como deserto.

84 - Paulo mata Jorge dentro de navio da marinha mercante brasileira ancorado no porto de Buenos Aires. A competência para processar e julgar o crime será:

- (A) Da justiça argentina.
- (B) Da Corte Internacional.
- (C) Da justiça federal brasileira.
- (D) Da justiça estadual do último porto em que esteve atracado o navio no território nacional.
- (E) Da justiça estadual do primeiro porto brasileiro em que atracar o navio após o crime.

85 - Pedro, contraventor residente e domiciliado na Comarca de Antares, praticou, em continuação, dois crimes de furto simples na Comarca de Pedra Redonda, um furto qualificado na Comarca de Novo Horizonte e um de receptação na Comarca de Segredo do Sul. Devendo ser instruído um só processo, determinar-se-á a competência:

- (A) Pelo domicílio do réu.
- (B) Pelo lugar em que praticada mais de uma infração.
- (C) Pelo lugar em que praticado o delito mais grave.
- (D) Pela prevenção.
- (E) Pela distribuição.

86 - Mário concordou com proposta de transação penal que estabeleceu pagamento de pena de multa. Homologado o pacto, passou a recusar-se ao cumprimento da obrigação. O que caberá ao Promotor de Justiça fazer?

- (A) Oferecer denúncia oral contra o autor do fato.
- (B) Pedir imediatamente a prisão do faltoso.
- (C) Pleitear a conversão da pena de multa em prisão.
- (D) Promover a execução da dívida.
- (E) Recorrer à Turma Recursal.

87 - Prova do crime, indícios de autoria, conveniência da instrução criminal, garantia da ordem pública e aplicação da lei penal são pressupostos de:

- (A) Prisão temporária.
- (B) Prisão em flagrante.
- (C) Custódia domiciliar.
- (D) Prisão preventiva.
- (E) Medida de segurança.

88 - O recurso em sentido estrito é cabível:

- (A) Das decisões definitivas de condenação proferidas por juiz singular.
- (B) Das decisões do Tribunal do Júri manifestamente contrárias à prova dos autos.
- (C) Das decisões do Tribunal do Júri quando a sentença contrariar lei expressa.
- (D) Das decisões que reconhecerem a prescrição ou julgarem, por outro modo, extinta a punibilidade.
- (E) Das decisões definitivas de absolvição proferidas por juiz singular.

89 - O réu foi absolvido sumariamente e o prolator da decisão recorreu de ofício. O Ministério Público e o defensor silenciaram. No Tribunal, o Procurador de Justiça deu parecer pugnando pelo reconhecimento de nulidade absoluta por falta de fundamentação da sentença. O que deverá fazer o Tribunal?

- (A) Deverá anular o processo e devolver ao juiz para pronunciar o réu.
- (B) Deverá manter a decisão porque inexistente recurso do Promotor de Justiça.
- (C) Deverá manter a decisão para não efetivar "reformatio in pejus".
- (D) Deverá acolher o parecer do Procurador de Justiça e declarar a nulidade do processo.
- (E) Deverá remeter os autos para exame do primeiro substituto do prolator da decisão.

90 - Não existe no Processo Penal pátrio:

- (A) O princípio da ampla defesa.
- (B) O princípio da territorialidade.
- (C) O princípio da identidade física do juiz.
- (D) O princípio da imediata aplicação da lei.
- (E) O emprego da analogia.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

91 - Sobre a antecipação de tutela, no procedimento ordinário, assinale a alternativa **incorreta**:

- (A) A tutela antecipada poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.
- (B) Pode ser concedida a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição.
- (C) Pode ser concedida de ofício.
- (D) A tutela antecipada poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo.
- (E) Pode ser concedida quando fique caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu, desde que exista prova inequívoca da verossimilhança da alegação.

92 - Sobre o recurso de embargos de declaração, no procedimento ordinário, é **incorreto** afirmar:

- (A) Sua interposição suspende o prazo para interposição de outros recursos.
- (B) Podem ser interpostos contra decisões interlocutórias.
- (C) Não estão sujeitos a preparo.
- (D) Sua interposição interrompe o prazo para interposição de outros recursos.
- (E) Excepcionalmente, possuem efeito modificativo.

93 - Sobre a reconvenção, no procedimento ordinário, assinale a alternativa **correta**:

- (A) A desistência da ação originária, ou a existência de qualquer causa que a extinga, obsta ao prosseguimento da reconvenção.
- (B) A intimação do autor reconvinado para contestar a reconvenção pode ocorrer na pessoa de seu procurador, mediante publicação de nota de expediente, sendo desnecessária a citação pessoal.
- (C) Não há possibilidade jurídica da reconvenção de reconvenção.
- (D) O julgamento do mérito da reconvenção pode ocorrer a qualquer tempo, independentemente da apreciação do mérito da demanda originária.
- (E) Da decisão que indefere liminarmente a reconvenção, cabe apelação.

94 - Quanto à ação de mandado de segurança, assinale a afirmação **incorreta**:

- (A) Excepcionalmente, pode ser dirigida contra ato judicial.
- (B) O impetrante poderá valer-se de todos os meios de prova em direito admitidos para comprovar suas alegações.
- (C) A autoridade coatora deverá ser intimada, para, no prazo de 10 dias, prestar as informações que achar necessárias.
- (D) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança, apenas em seu favor.
- (E) O direito de requerer mandado de segurança extingue-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.

95 - Sobre a ação inibitória típica, que integra o processo de conhecimento, é **incorreto** afirmar que:

- (A) É espécie de tutela eminentemente preventiva.
- (B) Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou mediante justificação prévia, citado o réu.
- (C) É indispensável o requerimento da parte interessada, para que o juiz determine medidas necessárias, a fim de efetivar a tutela específica ou a obtenção de resultado prático equivalente.
- (D) A medida liminar poderá ser revogada ou modificada, a qualquer tempo, em decisão fundamentada.
- (E) É lícito ao juiz impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, fixando-lhe prazo razoável para o cumprimento do preceito, podendo inclusive alterá-la caso observe que a mesma tornou-se insuficiente ou excessiva.

96 - Assinale a alternativa **incorreta** a respeito da denunciação à lide:

- (A) A citação do denunciado será requerida, juntamente com a do réu, se o denunciante for o autor; e, no prazo para contestar, se o denunciante for o réu.
- (B) A denunciação da lide é obrigatória ao alienante, na ação em que terceiro reivindica a coisa, cujo domínio foi transferido à parte, a fim de que esta possa exercer o direito que da evicção lhe resulta.
- (C) Mesmo se o denunciado confessar os fatos alegados pelo autor originário, poderá o denunciante prosseguir na defesa.
- (D) Se o denunciado aceitar e contestar o pedido, o processo prosseguirá entre o autor, de um lado, e de outro, como litisconsortes, o denunciante e o denunciado.
- (E) A decisão que indefere o requerimento de denunciação à lide é irrecorrível, devendo o denunciante ingressar com ação autônoma para salvaguardar seus direitos materiais ou deduzir mandado de segurança como sucedâneo recursal.

97 - Assinale a alternativa **incorreta**:

- (A) A coisa julgada pode ser conhecida de ofício em qualquer grau ordinário de jurisdição.
- (B) A violação à coisa julgada abre ensanchas, em tese, à ação rescisória.
- (C) A coisa julgada formal pragmaticamente equivale a preclusão recursal.
- (D) Na dicção do Código de Processo Civil, não há coisa julgada material quando as questões decididas forem de natureza processual.
- (E) A sentença terminativa induz sempre à formação da coisa julgada material.

98 - Nos termos do Código de Processo Civil, em qual das seguintes hipóteses o processo pode ser extinto com julgamento de mérito:

- (A) Quando o juiz indeferir a petição inicial.
- (B) Quando ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes.
- (C) Quando o juiz acolher a alegação de litispendência.
- (D) Quando o réu reconhecer a procedência do pedido.
- (E) Quando ocorrer confusão entre autor e réu.

99 - Sobre a ação monitória, assinale a alternativa **incorreta**:

- (A) A ação monitória compete a quem pretender, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, pagamento de soma em dinheiro, entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel.
- (B) Mesmo que o réu cumpra voluntariamente o mandado, deverá arcar com o pagamento de custas e honorários advocatícios.
- (C) O réu poderá oferecer embargos, que suspenderão a eficácia do mandado inicial. Se os embargos não forem opostos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo.
- (D) Os embargos independem de prévia segurança do juízo e serão processados nos próprios autos, pelo procedimento ordinário.
- (E) Estando a petição inicial devidamente instruída, o Juiz deferirá de plano a expedição do mandado de pagamento ou de entrega da coisa no prazo de quinze dias.

100 - Quanto aos recursos de natureza extraordinária, assinale a alternativa **incorreta**:

- (A) O Ministério Público, nas ações civis públicas, não está sujeito à incidência dos enunciados 282 e 356 das súmulas do Supremo Tribunal Federal, em face da natureza do direito posto em causa.
- (B) O Ministério Público, quando atua como "custus legis", tem legitimidade para deduzir Recurso Especial e Recurso Extraordinário.
- (C) O Ministério Público atua no juízo delegado de admissibilidade.
- (D) A divergência jurisprudencial entre Câmaras de idêntico Tribunal de Justiça não autoriza o manejo de Recurso Especial.
- (E) Não se admite Recurso Extraordinário para mero reexame de prova.

1	E	26	A	51	D	76	E
2	C	27	D	52	E	77	C
3	C	28	A	53	A	78	B
4	D	29	E	54	C	79	E
5	E	30	E	55	A	80	E
6	B	31	A	56	C	81	C
7	C	32	B	57	B	82	D
8	D	33	C	58	E	83	D
9	D	34	B	59	D	84	C
10	D	35	Anulada	60	B	85	Anulada
11	B	36	D	61	C	86	Anulada
12	B	37	C	62	D	87	D
13	Anulada	38	D	63	E	88	D
14	A	39	E	64	B	89	D
15	A	40	B	65	B	90	C
16	C	41	A	66	Anulada	91	C
17	D	42	B	67	D	92	A
18	B	43	B	68	D	93	B
19	C	44	D	69	E	94	B
20	C	45	E	70	C	95	C
21	B	46	D	71	B	96	E
22	E	47	E	72	A	97	E
23	E	48	C	73	E	98	D
24	A	49	E	74	C	99	B
25	A	50	A	75	B	100	A

.....